Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Educação 2024

PNAD contínua

ISBN 978-85-240-4655-1
© IBGE, 2025

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua[1], divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE desde 2012, investiga trimestralmente, em seu Questionário Básico, informações sobre as características básicas de educação para as pessoas de 5 anos ou mais de idade. A partir de 2016, foi introduzido na pesquisa o módulo anual de Educação que, durante o segundo trimestre de cada ano civil, amplia a investigação desse tema para todas as pessoas da amostra e coleta informações sobre a educação profissional.

Tendo em vista retratar o panorama educacional da população do Brasil, são apresentados os resultados do questionário anual de Educação com referência no segundo trimestre[2] de 2024, assim como algumas comparações com os resultados do mesmo trimestre dos anos anteriores[3]: 2016, 2017, 2018, 2019, 2022 e 2023.

O sistema educacional brasileiro

Para entender o sistema educacional brasileiro, é necessário considerar as disposições mais recentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n. 9.394, de 20.12.1996), assim como outras leis, decretos, portarias e resoluções que compõem o conjunto normativo da educação no Brasil. Segundo a LDB, a educação escolar é composta pela educação básica e pela educação superior. A educação básica contempla a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio, e pode ser oferecida por meio do ensino regular, da educação especial[4] e da educação de jovens e adultos. A educação superior, por sua vez, oferece cursos de graduação, pós-graduação, sequenciais e de extensão, não sendo os dois últimos investigados na PNAD Contínua. Além da educação escolar, a LDB ainda define a educação profissional e tecnológica

Taxa de analfabetismo

	15 anos ou mais	60 anos ou mais
2016	6,7%	20,5%
2023	5,4%	15,4%
2024	5,3%	14,9%

Nível de instrução (1)

	Sem instrução	Concluíram ao menos a etapa do ensino básico obrigatório
2016	7,3%	46,2%
2023	6,0%	54,5%
2024	5,5%	56,0%

(1) Pessoas de 25 anos ou mais de idade.

Número médio de anos de estudo (2)

		2016	2023	2024
Total		9,1	9,9	10,2
Sexo	Homem	8,9	9,7	10,0
	Mulher	9,2	10,1	10,4
Cor ou raça	Branca	10,1	10,8	11,1
	Preta ou parda	8,1	9,2	9,6

(2) Pessoas de 25 anos ou mais de idade.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

[1] Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizado tanto em meio impresso como em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet. A segunda é constituída pelo documento de Notas técnicas, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e é veiculada apenas em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet, no endereço: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas.

[2] A fixação da coleta do questionário ampliado em um único trimestre busca garantir que o período de matrículas já tenha ocorrido, e que o período letivo não tenha terminado, evitando fases de transição entre um nível escolar e outro.

[3] A ausência dos resultados para os indicadores referentes aos anos 2020 e 2021 deve-se à coleta apenas das informações básicas de educação e pela suspensão temporária da aplicação do bloco de perguntas sobre educação profissional da PNAD Contínua nesses anos. Essa medida visou reduzir a carga de perguntas de um questionário originalmente construído para entrevistas presenciais e que, emergencialmente, estavam sendo realizadas exclusivamente por meio de telefone, durante a pandemia de COVID-19.

[4] Modalidade oferecida para o educando com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação. Na PNAD Contínua, esta modalidade é captada juntamente à educação regular.

nas modalidades de qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação.

Cabe lembrar que, devido às reformas educacionais ocorridas no Brasil, o atual ensino fundamental equivale ao antigo 1º grau e aos cursos primário e ginasial; o ensino médio equivale ao 2º grau e ao colegial, em seus cursos científico, clássico e normal; e a educação de jovens e adultos, por sua vez, corresponde ao supletivo.

Analfabetismo

Em 2024, o Brasil registrou 9,1 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas, correspondendo a uma taxa de analfabetismo de 5,3%. A Região Nordeste concentrava 55,6% desse total (5,1 milhões de pessoas), seguida pela Região Sudeste, com 22,5% (2,1 milhões de pessoas). Em relação a 2023, houve uma redução de 0,1 ponto percentual (p.p.) na taxa nacional, representando uma diminuição de aproximadamente 197 mil pessoas analfabetas no País. Em oito anos, a taxa nacional caiu de 6,7%, em 2016, para 5,3%, em 2024, uma redução de 1,4 p.p. no período, a menor taxa da série histórica iniciada em 2016.

Nota-se que, no Brasil, o analfabetismo segue fortemente associado à idade. Em 2024, havia 5,1 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que corresponde a uma taxa de 14,9% para esse grupo etário. Entre os grupos mais jovens, os percentuais diminuem progressivamente: 9,1% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 6,3% entre aquelas com 25 anos ou mais, e 5,3% na população com 15 anos ou mais. Esses dados indicam que as novas gerações estão tendo maior acesso à escolarização e sendo alfabetizadas ainda na infância. Contudo, os analfabetos permanecem concentrados nas faixas etárias mais velhas. Essa diferença etária de quase 10 p.p. entre os extremos da população reforça a importância de políticas específicas para alfabetização de adultos e idosos.

Em 2024, a taxa de analfabetismo entre mulheres de 15 anos ou mais de idade foi de 5,0%, enquanto entre os homens foi de 5,6%. A redução em relação a 2023 foi de 0,2 p.p. para as mulheres. Na população com 60 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo das mulheres permaneceu ligeiramente superior à dos homens, com 15,0% para mulheres e 14,7% para homens, o que representa uma diferença de 0,3 p.p., apenas. Apesar da leve oscilação, essa diferença segue como uma das menores da série histórica, indicando uma tendência de equilíbrio entre os sexos. A convergência das taxas por sexo, especialmente entre os mais velhos, sugere avanços na escolarização feminina nas gerações mais recentes, embora o legado de desigualdade educacional do passado ainda esteja presente.

A análise por cor ou raça evidencia a persistência das desigualdades educacionais. Em 2024, 3,1% das pessoas de 15 anos ou mais de idade de cor branca eram analfabetas, enquanto a taxa foi de 6,9% entre pessoas pretas ou pardas nesse mesmo grupo de idade. A diferença se acentua entre os idosos: na faixa de 60 anos ou mais, 8,1% das pessoas brancas eram analfabetas, contra 21,8% entre as pretas ou pardas. Em relação a 2023, observou-se queda de 0,9 p.p. entre as pessoas pretas ou pardas com 60 anos ou mais de idade, o que sugere algum avanço, ainda que insuficiente para reduzir significativamente o hiato histórico entre os grupos. A taxa entre pessoas pretas ou pardas com 60 anos ou mais permanece quase três vezes superior à observada entre pessoas brancas da mesma faixa etária, evidenciando um legado estrutural de exclusão educacional.

Taxa de analfabetismo (%)

			2016	2019	2022	2023	2024
Grupos de idade		15 anos ou mais	6,7	6,1	5,6	5,4	5,3
		18 anos ou mais	7,1	6,4	5,9	5,7	5,5
		25 anos ou mais	8,3	7,4	6,8	6,5	6,3
		40 anos ou mais	12,1	10,8	9,8	9,4	9,1
		60 anos ou mais	20,5	18,1	16,0	15,4	14,9
Sexo	15 anos ou mais	Homem	7,0	6,4	5,9	5,7	5,6
		Mulher	6,5	5,8	5,4	5,2	5,0
	60 anos ou mais de idade	Homem	19,7	17,9	15,7	15,4	14,7
		Mulher	21,1	18,2	16,3	15,5	15,0
Cor ou raça	15 anos ou mais	Branca	3,8	3,3	3,4	3,2	3,1
		Preta ou parda	9,1	8,2	7,4	7,1	6,9
	60 anos ou mais de idade	Branca	11,8	9,5	9,3	8,6	8,1
		Preta ou parda	30,7	27,2	23,3	22,7	21,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Em 2024, as taxas de analfabetismo continuaram refletindo as desigualdades regionais históricas. As Regiões Nordeste e Norte mantiveram os percentuais mais elevados: 11,1% e 6,0%, respectivamente, entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade. Em contrapartida, as menores taxas foram observadas nas Regiões Sul (2,7%) e Sudeste (2,8%), enquanto o Centro-Oeste registrou 3,3%. Ante a 2023, houve redução na taxa de analfabetismo em todas as Grandes Regiões, mas o avanço educacional ainda é desigual no Território Nacional, exigindo estratégias regionalizadas e focalizadas, especialmente no Norte e Nordeste.

A taxa de analfabetismo entre as pessoas de 60 anos ou mais de idade, em 2024, manteve o padrão observado em anos anteriores, com valores significativamente mais altos do que na população mais jovem. A Região Nordeste registrou a maior taxa para esse grupo, com 30,7%, seguida pela Norte, com 21,5%. As menores taxas foram observadas no Sudeste (8,1%) e no Sul (8,0%), enquanto o Centro-Oeste apresentou 12,8%. Em relação a 2023, destaca-se a queda de 0,7 p.p. na Região Nordeste, indicando avanços lentos, porém consistentes, entre os grupos historicamente mais excluídos.

O Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei n. 13.005, de 25.06.2014, estabeleceu, em sua Meta 9, a redução da taxa de anal-

fabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais para 6,5% até 2015 e sua erradicação até 2024. Em 2024, a taxa nacional foi de 5,3%, confirmando o cumprimento da meta intermediária. As Regiões Sul (2,7%), Sudeste (2,8%) e Centro-Oeste (3,3%) seguem abaixo do limite desde anos anteriores. A Região Norte, com 6,0%, também se mantém abaixo da meta de 6,5%. Por outro lado, a Região Nordeste, com 11,1%, permanece acima do patamar estipulado. Assim, embora o Brasil, como um todo, apresente avanços, as disparidades regionais revelam que o objetivo de erradicar o analfabetismo ainda não foi plenamente atingido.

Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo (%)									
	15 anos ou mais					60 anos ou mais				
	2016	2019	2022	2023	2024	2016	2019	2022	2023	2024
Brasil	**6,7**	**6,1**	**5,6**	**5,4**	**5,3**	**20,5**	**18,1**	**16,0**	**15,4**	**14,9**
Norte	7,9	7,0	6,4	6,4	6,0	30,0	25,5	23,5	22,0	21,5
Nordeste	13,9	12,9	11,7	11,2	11,1	39,9	37,4	32,5	31,4	30,7
Sudeste	3,5	3,0	2,9	2,9	2,8	11,8	9,7	8,8	8,5	8,1
Sul	3,3	3,0	3,0	2,8	2,7	11,5	9,6	9,3	8,8	8,0
Centro-Oeste	5,2	4,4	4,0	3,7	3,3	21,3	16,7	14,9	13,6	12,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Nível de instrução e anos de estudo

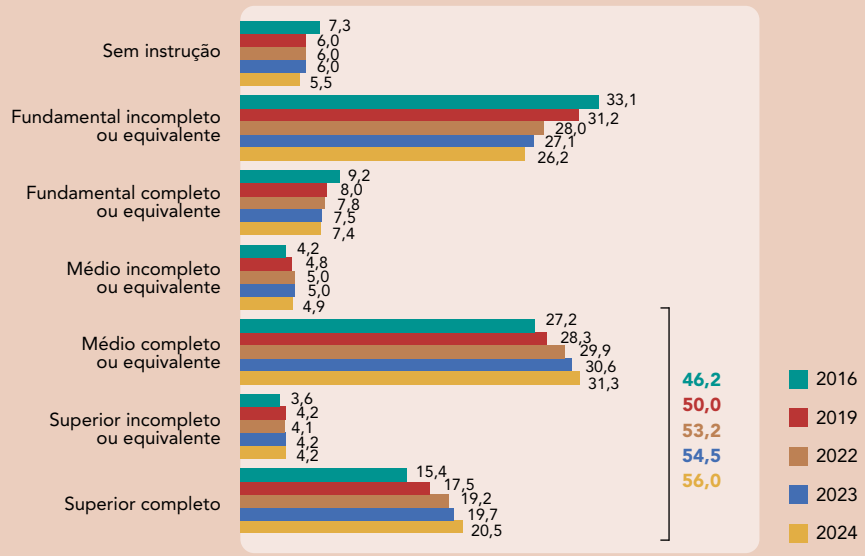
Nível de instrução

O nível de instrução é o indicador que capta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentados. Como as trajetórias educacionais das pessoas variam ao longo da vida, esse indicador é mais bem avaliado entre aquelas pessoas que já poderiam ter concluído o seu processo regular de escolarização, em geral, em torno dos 25 anos de idade.

No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que terminaram a educação básica obrigatória – ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio – manteve uma trajetória de crescimento e alcançou 56,0% em 2024. Destaca-se o percentual de pessoas com o ensino médio completo, que passou de 29,9%, em 2022, para 31,3%, em 2024.

Entre aqueles que não completaram a educação básica, 5,5% eram sem instrução, 26,2% possuíam o ensino fundamental incompleto, 7,4%, o ensino fundamental completo e 4,9%, o ensino médio incompleto. Os grupos com nível de escolaridade de até fundamental completo apresentaram quedas entre 2023 e 2024.

Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução (%)



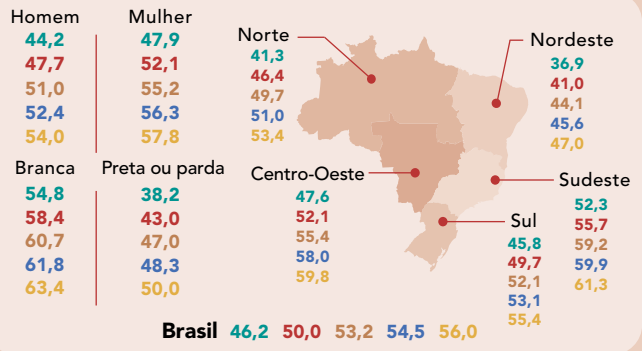
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Em 2024, 57,8% das mulheres com 25 anos ou mais de idade haviam completado, ao menos, a educação básica obrigatória, enquanto entre os homens esse percentual era de 54,0%. Ambos os grupos apresentaram crescimento em relação a 2023, indicando uma tendência positiva no acesso à escolarização. Em relação à cor ou raça,

63,4% das pessoas de cor branca haviam concluído o ciclo básico educacional, contra 50,0% das pessoas de cor preta ou parda, resultando em uma diferença de 13,4 p.p. entre esses grupos. Essa diferença permanece praticamente inalterada desde 2023, quando era de 13,5 p.p., refletindo as persistentes desigualdades no acesso à educação.

Observou-se avanço na proporção de pessoas com 25 anos ou mais de idade que concluíram, ao menos, a educação básica obrigatória em todas as Grandes Regiões no ano de 2024. Os maiores aumentos em relação a 2023 foram registrados nas Regiões Sul (alta de 2,3 p.p.) e Centro-Oeste (alta de 1,8 p.p.). A Região Nordeste manteve-se como a única em que menos da metade da população de 25 anos ou mais havia completado a educação básica, com 47,0%. Por sua vez, a Região Norte, que em 2023 havia superado a marca dos 50%, apresentou nova melhora, alcançando 53,4% da população nesse grupo etário com a educação básica concluída.

Pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram ao menos a etapa do ensino básico obrigatório, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)



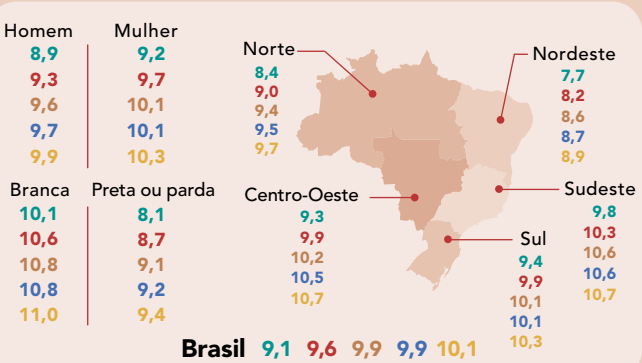
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Número médio de anos de estudo

Em 2024, a média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade no Brasil foi de 10,1 anos, apresentando crescimento em relação aos 9,9 anos observados em 2023. As mulheres continuam com maior escolaridade média (10,3 anos) em comparação aos homens (9,9 anos). Quanto à cor ou raça, a diferença segue expressiva: pessoas brancas alcançaram 11,0 anos de estudo, enquanto pessoas pretas ou pardas atingiram 9,4 anos, resultando em uma diferença de 1,6 ano, ainda elevada, embora ligeiramente inferior aos 2,0 anos de 2023.

Regionalmente, Sudeste (10,7 anos), Centro-Oeste (10,7 anos) e Sul (10,3 anos) mantiveram-se acima da média nacional. Em contrapartida, as Regiões Norte (9,7 anos) e Nordeste (8,9 anos) ficaram abaixo do patamar médio. O Nordeste foi a Região com menor média, embora tenha registrado um ganho de 1,2 ano de 2016 para 2024.

Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (anos)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Frequência à escola ou creche

Para auxiliar o monitoramento do acesso, do atraso e da evasão do sistema de ensino brasileiro, utilizam-se dois indicadores como referência: a taxa de escolarização e a taxa ajustada de frequência escolar líquida. O primeiro indicador retrata a proporção de estudantes de determinada faixa etária em relação ao total de pessoas dessa mesma faixa etária. O segundo indicador representa a razão entre o número de estudantes com idade prevista para cursar uma determinada etapa de ensino (incluindo também as pessoas nessa faixa que já concluíram pelo menos essa etapa) e a população total na mesma faixa etária.

Panorama geral

No Brasil, em 2024, 10,2 milhões de crianças de 0 a 5 anos de idade estavam matriculadas em escola ou creche. A taxa de escolarização entre as crianças de 0 a 3 anos alcançou 39,8%, o que corresponde a cerca de 4,4 milhões de crianças, mantendo tendência de crescimento – com aumento de 1,1 p.p. em relação a 2023 e de 9,5 p.p. em relação a 2016. Entre as crianças de 4 a 5 anos, a taxa de escolarização foi de 93,4%, praticamente mantendo o nível de 2023 (92,9%) e consolidando a ampla cobertura nessa etapa da educação infantil.

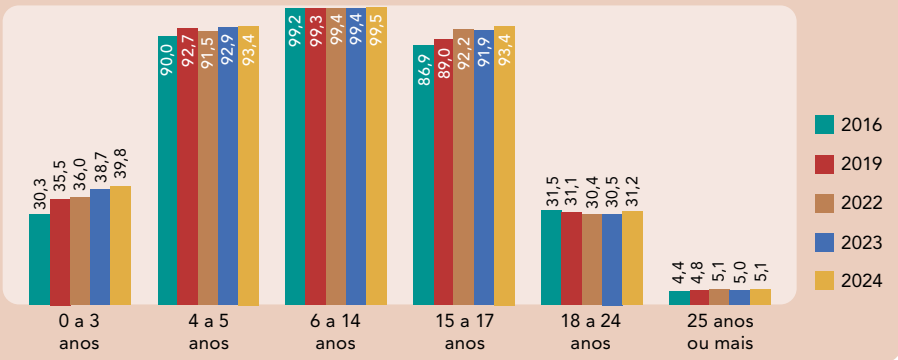
Na faixa etária de 6 a 14 anos de idade, a escolarização atingiu 99,5%, mantendo-se estável desde 2016, evidenciando a virtual universalização do acesso à escola nessa faixa. Entre os jovens de 15 a 17 anos, a taxa foi de 93,4%, ainda abaixo da universalização preconizada pela LDB. Para os grupos de 18 a 24 anos e 25 anos ou mais, os percentuais de escolarização foram de 31,2% e 5,1%, respectivamente.

A estabilidade da escolarização nas faixas etárias mais jovens e o crescimento observado entre crianças de 0 a 3 anos indicam avanços consistentes no acesso à educação infantil. Por outro lado, o fato de a taxa entre jovens de 15 a 17 anos ainda não alcançar a universalização reforça a necessidade de políticas de permanência escolar e combate à evasão no ensino médio.

Em 2024, a rede pública de ensino continuou sendo responsável pela maior parte das matrículas desde a creche até o ensino médio. Na educação infantil, 78,0% das crianças estavam matriculadas na rede pública, enquanto no ensino fundamental regular essa proporção foi de 81,3%, e no ensino médio regular, de 86,4%. A predominância da rede pública nesses níveis tem se mantido estável, com ligeiro crescimento na educação infantil.

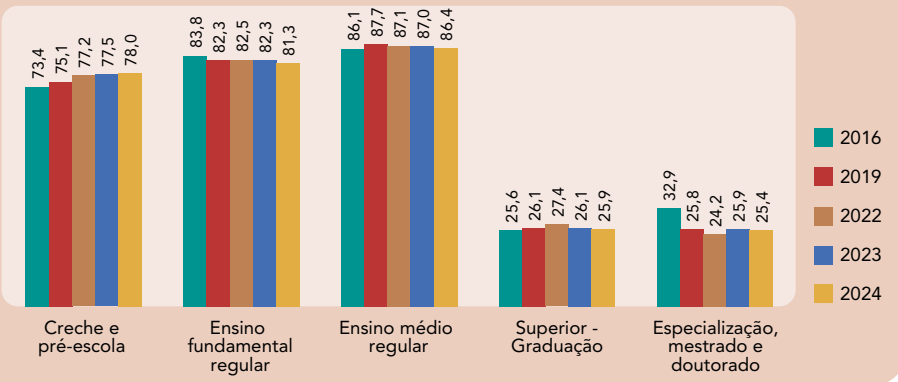
Por outro lado, a rede privada concentrou a maior parte das matrículas no ensino superior e na pós-graduação. Em 2024, 74,1% dos estudantes de graduação estavam em instituições privadas. Nos cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), a participação da rede privada foi ainda mais expressiva, atingindo 74,6% dos alunos.

Taxa de escolarização, segundo os grupos de idade (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Estudantes na rede pública de ensino, segundo o curso frequentado (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Pessoas de 0 a 5 anos de idade

A educação infantil engloba as crianças de 0 a 5 anos de idade, abrangendo a creche (0 a 3 anos) e a pré-escola (4 a 5 anos). Em 2013, a educação básica tornou-se obrigatória aos 4 anos de idade e, assim, passou-se a buscar a universalização do ensino a partir dessa idade, além da ampliação do acesso à creche para a faixa etária de 0 a 3 anos.

Em 2024, observou-se grande variação regional na frequência escolar entre os grupos etários mais jovens. Entre as crianças de 0 a 1 ano, os menores percentuais de escolarização foram registrados no Norte (4,8%) e no Nordeste (8,1%), embora esta última Região tenha apresentado um aumento expressivo de 2,2 p.p em relação a 2023 cujo valor era de 5,9%. As Regiões Sudeste (25,0%), Sul (27,0%) e Centro-Oeste (14,2%) mantiveram os maiores percentuais, consolidando um padrão desigual de acesso à creche para crianças dessa faixa etária.

Entre as crianças de 2 a 3 anos, a escolarização apresentou padrão mais elevado, mas com sinais distintos entre as Regiões: queda no Sul e no Nordeste, estabilidade no Norte, e aumento no Sudeste e no Centro-Oeste. As maiores taxas foram registradas nas Regiões Sudeste (65,9%), Sul (61,7%) e Nordeste (60,0%), enquanto a Norte (38,0%) permaneceu com a menor taxa. O Centro-Oeste foi destaque positivo, com crescimento de 5,2 p.p, atingindo 52,9%.

Em 2024, a faixa etária mais velha da educação infantil, de 4 a 5 anos, registrou uma taxa nacional de escolarização de 93,4%, mantendo-se em patamar elevado, embora ainda aquém da universalização estabelecida na Meta 1 do PNE, que previa cobertura total até 2016.

Entre as Grandes Regiões, os maiores percentuais foram observados nas Regiões Nordeste (94,9%) e Sudeste (94,6%), ambas acima da média nacional e consolidando o destaque que vêm apresentando nos últimos anos. As menores taxas foram verificadas nas Regiões Norte (88,0%) e Centro-Oeste (91,4%). A Região Sul, que havia apresentado recuo em 2023, registrou leve aumento em 2024, alcançando 91,7%, embora ainda se mantenha abaixo da média nacional pelo segundo ano consecutivo.

PNAD contínua

Taxa de escolarização das pessoas de 0 a 5 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Taxa de escolarização (%)											
	0 a 1 ano				2 a 3 anos				4 a 5 anos			
	2016	2022	2023	2024	2016	2022	2023	2024	2016	2022	2023	2024
Brasil	**11,3**	**14,5**	**16,3**	**17,4**	**49,1**	**54,4**	**58,5**	**58,5**	**90,0**	**91,5**	**92,9**	**93,4**
Norte	1,8	3,4	4,2	4,8	27,6	33,4	37,4	37,4	83,9	82,8	86,5	88,0
Nordeste	4,4	5,7	5,9	8,1	49,0	55,2	60,2	60,2	94,1	93,6	94,4	94,9
Sudeste	15,7	21,8	24,3	25,0	55,5	60,9	63,8	63,8	90,6	93,1	94,5	94,6
Sul	21,3	24,6	25,9	27,0	54,1	56,6	63,0	63,0	88,0	91,6	91,4	91,7
Centro-Oeste	10,9	11,8	15,0	14,2	38,3	45,8	47,7	47,7	84,2	87,9	90,6	91,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

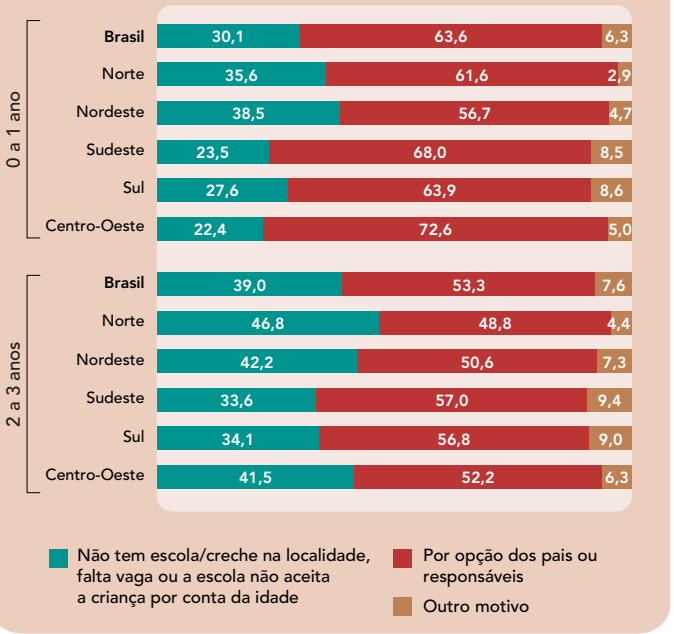
A Meta 1 do PNE também prevê que, até 2024, ao menos 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade frequentem creche. No entanto, os resultados de 2024 indicam que essa meta não foi atingida em nenhuma das Grandes Regiões do País. As taxas médias de escolarização infantil para essa faixa etária foram de 21,4% no Norte, 34,0% no Nordeste, 33,5% no Centro-Oeste, 44,4% no Sul e 45,5% no Sudeste. Mesmo as Regiões com melhores indicadores — Sul e Sudeste — ainda permanecem abaixo do mínimo estipulado pela meta e, em todas as Grandes Regiões, menos da metade das crianças brasileiras de 0 a 3 anos frequentava creche, o que evidencia a não concretização da meta do PNE para esse público prioritário.

Principal motivo de não frequentar escola ou creche

Em 2024, no Brasil, 63,6% das crianças de 0 a 1 ano e 53,3% das crianças de 2 a 3 anos que não frequentavam creche estavam fora da escola por opção dos pais ou responsáveis. Esse motivo permaneceu como o mais citado em todas as Grandes Regiões, com frequência mais elevada entre os bebês. A Região Centro-Oeste apresentou o maior percentual para crianças de 0 a 1 ano (72,6%), enquanto o menor foi registrado na Nordeste (56,7%). Para o grupo de 2 a 3 anos, o maior percentual foi observado no Sudeste (57,0%) e o menor, no Norte (48,8%).

O segundo motivo mais citado foi não ter escola/creche na localidade, falta vaga ou a não aceitação da matrícula por causa da idade da criança. Entre as crianças de 0 a 1 ano, 30,1% dos responsáveis apontaram esse fator; entre as de 2 a 3 anos, o percentual foi de 39,0%. As Regiões Norte e Nordeste se destacaram como as mais afetadas por esse tipo de barreira: no Norte, 35,6% dos bebês e 46,8% das crianças de 2 a 3 anos estavam fora da creche por esse motivo; no Nordeste, os percentuais foram 38,5% e 42,2%, respectivamente. Isso demonstra uma maior deficiência na oferta de escola/creche ou disponibilidade de vagas na educação infantil nessas Regiões.

Principal motivo de não frequentar escola ou creche, segundo os grupos de idade e as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

De 2023 para 2024, o percentual dos que apontaram opção dos pais ou responsáveis como principal motivo para as crianças não estarem na creche permaneceu estável entre as aquelas de 0 a 1 ano (de 63,7% para 63,6%) e caiu levemente entre as crianças de 2 a 3 anos (de 55,4% para 53,3%). Por outro lado, o motivo de não ter escola/creche, falta vaga ou a não aceitação da matrícula por conta da idade da criança aumentou entre as mais velhas: para o grupo de 0 a 1 ano, caiu de 30,7% para 30,1%, enquanto entre as de 2 a 3 anos, passou de 38,5% para 39,0%, revertendo a tendência de queda observada no ano anterior.

Pessoas de 6 a 14 anos de idade

Em 2024, a taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos de idade, no Brasil, atingiu 99,5%, o que corresponde a um contingente estimado de mais de 26 milhões de estudantes nessa faixa etária no sistema educacional. Esse nível elevado de escolarização se mantém estável desde 2016 e reflete o avanço do País em direção à universalização do ensino fundamental, conforme previsto na Meta 2 do PNE.

Todas as Grandes Regiões apresentaram taxas acima de 99%, com destaque para o Sudeste (99,6%) e o Nordeste (99,5%). A Região Norte, embora com a menor taxa, ainda registrou 99,0%, mantendo-se próxima da universalização. Em comparação a 2023, observa-se leve aumento nas Regiões Sudeste e Nordeste, enquanto Sul e Norte apresentaram variações negativas discretas.

Taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	2016	2019	2022	2023	2024
Brasil	**99,2**	**99,3**	**99,4**	**99,4**	**99,5**
Norte	98,8	98,6	98,7	99,1	99,0
Nordeste	99,0	99,2	99,3	99,4	99,5
Sudeste	99,4	99,4	99,6	99,4	99,6
Sul	99,2	99,5	99,3	99,6	99,5
Centro-Oeste	99,2	99,2	99,3	99,7	99,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Apesar da elevada taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos de idade, chamam atenção os resultados que indicam a adequação entre a idade e a etapa do ensino fundamental frequentado. Para esse monitoramento, utiliza-se a taxa ajustada de frequência escolar líquida que, no âmbito da Meta 2 do PNE, estabelece que pelo menos 95% dos alunos do ensino fundamental concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do atual PNE, ou seja, 2024.

Em 2024, 94,5% das crianças de 6 a 14 anos frequentavam o ensino fundamental, etapa escolar idealmente estabelecida para essa faixa etária, ainda abaixo da meta de 95% estabelecida pelo PNE. Esse resultado representa uma leve queda em relação a 2023 (94,6%), mantendo-se como o menor valor da série histórica desde 2016.

A taxa foi semelhante entre os grupos analisados: 94,6% entre os homens e 94,4% entre as mulheres; 94,6% entre pessoas brancas e 94,5% entre pretas ou pardas. Em relação às Grandes Regiões, os maiores percentuais foram observados no Sudeste e Centro-Oeste (94,7%, cada), enquanto os menores ficaram no Norte e Nordeste (94,3%, cada). A Região Sul apresentou leve recuperação, atingindo 94,6%, após registrar 94,2% em 2023.

Taxas ajustadas de frequência escolar líquida no ensino fundamental das pessoas de 6 a 14 anos de idade, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)

Sexo, cor ou raça e Grandes Regiões	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Total (1)	**96,7**	**97,1**	**97,4**	**97,1**	**95,2**	**94,6**	**94,5**
Sexo							
Homem	96,6	97,0	97,2	97,1	95,2	94,4	94,6
Mulher	96,8	97,2	97,6	97,2	95,2	94,8	94,4
Cor ou raça							
Branca	96,9	97,3	97,7	97,1	95,5	94,5	94,6
Preta ou parda	96,6	96,9	97,2	97,2	95,0	94,7	94,5
Grandes Regiões							
Norte	96,1	96,7	96,8	96,3	94,3	94,8	94,3
Nordeste	96,7	96,8	97,1	97,1	94,9	94,5	94,3
Sudeste	97,0	97,3	97,9	97,4	95,8	94,9	94,7
Sul	96,7	97,5	97,5	97,2	95,4	94,2	94,6
Centro-Oeste	96,2	96,8	97,1	97,1	94,5	94,2	94,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.
(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Pessoas de 15 a 17 anos de idade

Em 2024, a taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos de idade, no Brasil, atingiu 93,4%, representando um aumento de 1,5 p.p. em relação a 2023. Entre as Grandes Regiões, todas apresentaram crescimento do indicador, com destaque para a Região Norte, que passou de 89,1% para 92,0%, um avanço de 2,9 p.p., e para o Centro-Oeste, que cresceu 2,4 p.p. (de 90,4% para 92,8%). A Região Nordeste também avançou, passando de 91,4% para 93,1%. Mesmo com essa melhora, nenhuma Região ainda alcançou a universalização do atendimento escolar para esse grupo etário, conforme proposto pela Meta 3 do PNE.

Em relação à taxa ajustada de frequência escolar líquida — que considera a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade frequentando ou tendo concluído o ensino médio —, o Brasil registrou 76,7%, em 2024, um aumento de 1,7 p.p. ante a 2023. Apesar do avanço, o indicador permanece 8,3 p.p. abaixo da meta de 85% prevista no PNE até o final de sua vigência, em 2024.

Todas as Grandes Regiões apresentaram melhora no indicador, com destaque para o Nordeste, que saltou de 71,3% para 73,9%, um crescimento de 2,6 p.p. de 2023 a 2024. O Norte também registrou avanço relevante, de 65,9% para 69,8% (alta de 3,9 p.p.), assim como o Centro-Oeste, que atingiu 77,4%, retomando o patamar de 2022. A Região Sul cresceu de 74,0% para 76,7%, enquanto a Sudeste foi a única a apresentar leve retração, caindo de 81,0% para 80,8%.

PNAD contínua

Pessoas de 15 a 17 anos de idade, por situação de escolarização, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Taxa de escolarização (%)							Taxa ajustada de frequência escolar líquida (%)						
	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Brasil	**86,9**	**86,9**	**87,9**	**89,0**	**92,2**	**91,9**	**93,4**	**68,2**	**68,4**	**69,2**	**71,3**	**75,2**	**75,0**	**76,7**
Norte	87,2	86,3	87,9	88,5	91,8	89,1	92,0	58,5	59,8	61,9	62,2	68,1	65,9	69,8
Nordeste	85,6	85,7	86,6	87,8	90,9	91,4	93,1	59,0	60,5	61,2	63,3	69,3	71,3	73,9
Sudeste	88,0	88,5	88,6	88,9	93,9	93,4	94,3	76,9	76,3	76,1	79,3	81,5	81,0	80,8
Sul	85,8	85,5	87,9	91,4	90,4	92,2	93,1	69,5	69,6	71,4	72,6	75,4	74,0	76,7
Centro-Oeste	88,2	86,6	89,1	90,4	92,4	90,4	92,8	70,0	70,3	71,5	74,2	77,6	75,0	77,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Ao analisar a taxa ajustada de frequência escolar líquida por sexo, observa-se que 80,1% das mulheres de 15 a 17 anos de idade estavam no ensino médio ou já o haviam concluído, enquanto entre os homens, essa taxa foi de 73,5% — uma diferença de 6,6 p.p., que se manteve praticamente estável em relação ao ano anterior.

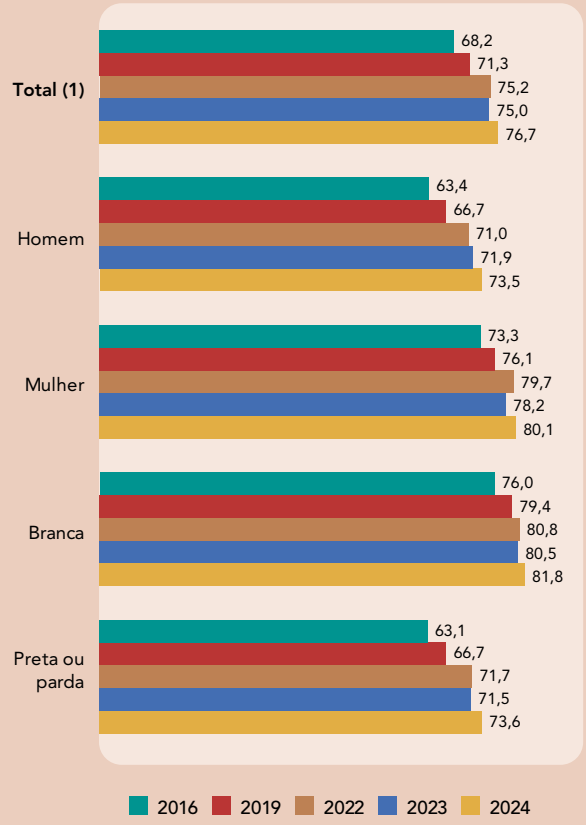
No que se refere à cor ou raça, 81,8% das pessoas brancas estavam na etapa adequada, contra 73,6% das pessoas pretas ou pardas, o que corresponde a 8,2 p.p. de diferença. Embora o grupo de pretos ou pardos tenha registrado um avanço de 2,1 p.p. em relação a 2023, a desigualdade racial ainda é expressiva, evidenciando barreiras no acesso e na permanência de estudantes no ensino médio.

Por fim, a avaliação dos indicadores da educação básica, em 2024, evidencia avanços moderados, mas ainda desigualdades persistentes entre as etapas do ensino e os grupos etários. No caso da educação infantil (0 a 5 anos de idade), a taxa de escolarização permaneceu estável em relação a 2023. Embora tenha havido avanço significativo nos últimos anos, os resultados continuam abaixo das metas estabelecidas no PNE, especialmente para crianças de 0 a 3 anos, cuja taxa de frequência ainda está longe dos 50% previstos para 2024.

Para o grupo de 6 a 14 anos de idade, a taxa de escolarização manteve-se elevada, alcançando 99,5%, valor compatível com a universalização preconizada pela Meta 2 do PNE. No entanto, o indicador de frequência escolar líquida ajustada — que avalia a presença na etapa adequada — foi de em 94,5%, ou seja, permaneceu abaixo da meta de 95%, sem avanços relevantes em relação a 2023.

Entre os jovens de 15 a 17 anos, observou-se melhora tanto na taxa de escolarização (93,4%) quanto na taxa ajustada líquida (76,7%), revertendo a queda ocorrida no ano anterior. Apesar do progresso, o País ainda não alcançou a universalização para esse grupo e permanece distante da meta de 85% de frequência adequada ao ensino médio até 2024, conforme estabelece a Meta 3 do PNE.

Taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino médio das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo o sexo e a cor ou raça (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Pessoas de 18 a 24 anos de idade

As pessoas de 18 a 24 anos de idade são aquelas que, idealmente, estariam frequentando o ensino superior, caso tivessem completado a educação básica na idade recomendada. No entanto, o atraso escolar e a evasão persistem nas etapas anteriores, como o ensino fundamental e o ensino médio, o que compromete esse percurso. Como resultado, muitos jovens já não frequentam mais a escola aos 18 anos ou ainda estão cursando anos da educação básica, com descompasso entre idade e etapa.

Em 2024, a taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos foi de 31,2%, um leve aumento ante a 2023 (30,5%). No entanto, apenas 27,1% dos jovens estavam cursando a etapa adequada para a idade (ensino superior). Os demais 4,1% apresentavam atraso escolar, ainda matriculados na educação básica. A proporção de jovens que não frequentavam a escola e não haviam concluído a etapa esperada atingiu 64,6%, enquanto apenas 4,2% não frequentavam por já terem concluído o ensino superior.

O panorama diverge entre as Grandes Regiões. Embora as taxas de escolarização sejam relativamente próximas, o atraso escolar e a conclusão do ensino superior variam de forma mais acentuada. Nas Regiões Norte (2,9%) e Nordeste (2,8%), o percentual de jovens que concluíram a graduação foi o mais baixo. Em contrapartida, nas Regiões Centro-Oeste (5,1%), Sudeste (5,2%) e Sul (4,5%), esses valores foram superiores, indicando melhor desempenho na escolarização completa. Nestas últimas, o atraso escolar oscilou entre 1,6% e 2,6%, ao passo que no Norte e Nordeste o percentual foi de 9,3% e 7,9%, respectivamente.

Quanto ao sexo, 33,6% das mulheres de 18 a 24 anos de idade estavam matriculadas em algum curso, ante a 29,0% dos homens. Entre as mulheres, 31,4% frequentavam o ensino superior, contra 22,9% dos homens. Além disso, 5,1% das mulheres já haviam concluído esse nível, enquanto entre os homens esse percentual foi de 3,2%. Os homens também apresentaram maior atraso (6,1%) e maior percentual de não frequência e não conclusão (67,8%), em comparação a 61,3% entre as mulheres.

Em relação à cor ou raça, 37,6% das pessoas brancas estavam estudando, sendo que 37,4% estavam na etapa ideal. Entre as pessoas pretas ou pardas, a taxa de escolarização foi de 27,1%, com 20,6% na etapa ideal. A proporção de jovens pretos ou pardos que não frequentavam e não haviam concluído a etapa ideal foi de 70,0%, enquanto entre os brancos foi de 56,2%, diferença de quase 14 p.p., o que evidencia desequilíbrio nessa categoria. Além disso, 6,2% dos brancos já haviam concluído a graduação, contra apenas 2,9% dos pretos ou pardos.

No âmbito da Meta 12 do PNE, que prevê elevar a taxa de frequência escolar líquida no ensino superior para 33% até 2024, o Brasil ainda não atingiu esse objetivo, ante o percentual de 27,1% levantado em 2024. Essa meta foi superada apenas entre as pessoas brancas, enquanto entre os pretos ou pardos os números permanecem bastante abaixo do esperado. O desafio do País, portanto, envolve reduzir as desigualdades de acesso e conclusão no ensino superior, enfrentar o atraso escolar, bem como garantir a permanência dos jovens no sistema educacional.

Pessoas de 18 a 24 anos de idade, por indicadores de educação, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)

Sexo, cor ou raça e Grandes Regiões	Indicadores de educação (%)					
	Taxa de escolarização (1)	Taxa ajustada de frequência escolar líquida (2)	Frequência escolar adequada	Atraso escolar dos estudantes	Não frequenta escola e já concluiu a etapa	Não frequenta escola e não concluiu a etapa
Total	**31,2**	**27,1**	**27,1**	**4,1**	**4,2**	**64,6**
Sexo						
Homem	29,0	22,9	22,9	6,1	3,2	67,8
Mulher	33,6	31,4	31,4	2,2	5,1	61,3
Cor ou raça						
Branca	37,6	37,4	37,4	0,2	6,2	56,2
Preta ou parda	27,1	20,6	20,6	6,5	2,9	70,0
Grandes Regiões						
Norte	32,7	23,4	23,4	9,3	2,9	64,4
Nordeste	29,8	21,9	21,9	7,9	2,8	67,4
Sudeste	30,7	29,6	29,6	1,1	5,2	64,1
Sul	32,8	30,2	30,2	2,6	4,5	62,7
Centro-Oeste	33,9	32,3	32,3	1,6	5,1	61,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

(1) Frequência escolar adequada + atraso escolar dos estudantes. (2) Frequência escolar adequada + não frequência à escola e já concluiu a etapa.

PNAD contínua

Abandono escolar

Levando-se em consideração o grupo de jovens de 14 a 29 anos do País, 8,7 milhões não haviam completado o ensino médio em 2024, seja por terem abandonado a escola antes do término dessa etapa ou por nunca a terem frequentado. Desses jovens, 59,1% eram homens e 40,9% eram mulheres. Considerando a distribuição por cor ou raça, 26,5% eram brancos e 72,5% eram pretos ou pardos.

Pessoas de 14 a 29 anos e que não frequentam escola, com nível de instrução inferior ao médio completo, segundo o sexo e a cor ou raça

Sexo e cor ou raça	Total	
	Absoluto (milhões)	Percentual (%)
Total (1)	**8,7**	**100,0**
Sexo		
Homem	5,1	59,1
Mulher	3,6	40,9
Cor ou raça		
Branca	2,3	26,5
Preta ou parda	6,3	72,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Ao analisar a idade em que esses jovens de 14 a 29 anos deixaram a escola, observa-se que os maiores percentuais de abandono ocorreram a partir dos 16 anos: com 16,5% nessa idade, 19,9% aos 17 anos e 20,7% aos 18 anos. Ainda assim, o abandono escolar precoce continua presente nas idades correspondentes ao ensino fundamental: 6,5% haviam deixado a escola até os 13 anos e 6,8% aos 14 anos. Os percentuais de abandono antes dos 14 anos (13,3% no total) são consideráveis e preocupantes, pois representam saídas durante o ensino fundamental, etapa que deveria estar plenamente universalizada. Esse padrão se manteve semelhante entre homens e mulheres e entre as pessoas de cor branca e preta ou parda. O grande marco da transição escolar continua sendo a idade de 15 anos, que pode estar ligado tanto a mudanças na estrutura curricular quanto à percepção de utilidade do ensino médio ou à necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho. Nesse ponto, o percentual de abandono escolar quase dobra em relação aos 14 anos, alcançando 12,6%.

Em termos regionais, os dados indicam que o abandono precoce até os 13 anos de idade foi mais elevado nas Regiões Nordeste (7,8%) e Norte (6,1%), enquanto a Sul (5,9%) também apresentou percentuais relevantes. Aos 14 anos, destacaram-se as Regiões Sul (7,3%) e Sudeste (7,2%). O marco dos 15 anos apresentou comportamento semelhante em todas as Regiões, com valores variando entre 12,4% e 13,5%. No intervalo de 16 a 18 anos, os percentuais acumulados foram mais elevados nas Regiões Sul (62,9%), Sudeste (60,8%) e Nordeste (60,2%). Para os jovens que deixaram a escola com 19 anos ou mais, destacam-se as Regiões Norte (21,2%) e Nordeste (21,2%), o que pode refletir um esforço desses jovens em recuperar o atraso escolar e concluir a educação básica em idade mais avançada.

Ao serem questionados sobre o principal motivo de abandono escolar ou de nunca terem frequentado a escola, os jovens de 14 a 29 anos indicaram, majoritariamente, a necessidade de trabalhar, mencionado por 42,0% dos entrevistados em 2024. Esse percentual representa um leve aumento de 0,3 p.p. em relação a 2023, mantendo esse motivo como o mais frequente no período recente. O segundo motivo mais citado foi não ter interesse em estudar, que alcançou 25,1% dos casos, revertendo a tendência de queda observada nos

Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo e que já frequentaram escola, por idade em que abandonou a escola pela última vez, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)

Sexo, cor ou raça e Grandes Regiões	Idade em que abandonou a escola pela última vez (%)						
	Até os 13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos ou mais
Total (1)	**6,5**	**6,8**	**12,6**	**16,5**	**19,9**	**20,7**	**16,9**
Sexo							
Homem	6,9	5,8	11,9	16,2	20,4	21,9	16,8
Mulher	6,0	8,3	13,7	16,9	19,2	18,9	17,0
Cor ou raça							
Branca	6,0	7,0	11,7	17,9	21,9	20,1	15,4
Preta ou parda	6,8	6,8	13,0	16,0	19,1	20,9	17,4
Grandes Regiões							
Norte	6,1	6,7	12,9	14,4	17,2	21,6	21,2
Nordeste	7,8	6,5	12,8	13,9	17,4	20,3	21,2
Sudeste	5,8	7,2	12,4	18,4	21,2	21,2	13,7
Sul	5,9	7,3	12,6	18,7	23,8	20,4	11,3
Centro-Oeste	6,0	6,3	12,6	18,1	21,9	19,2	15,9

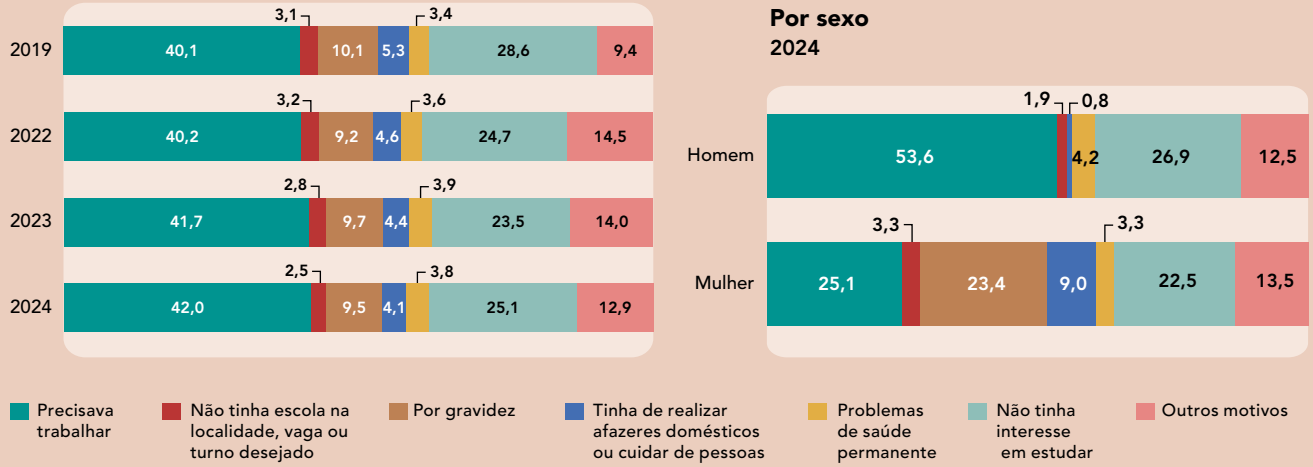
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

últimos anos. Esse aumento, de 1,6 p.p. em relação ao ano anterior, pode sinalizar um desalinhamento entre as expectativas dos jovens e o modelo educacional. Os demais motivos permaneceram estáveis ou apresentaram variações modestas: gravidez foi mencionada por 9,5% dos jovens; realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas, por 4,1%; e problemas de saúde permanente, por 3,8%.

Em relação às diferenças por sexo, os dados de 2024 reforçam padrões já observados em anos anteriores. Entre os homens de 14 a 29 anos de idade que abandonaram ou nunca frequentaram a escola, o principal motivo declarado foi a necessidade de trabalhar (53,6%). Em seguida, aparecem não ter interesse em estudar (26,9%) e problemas de saúde permanente (4,2%). Por outro lado, entre as mulheres, o quadro é mais diversificado. Embora o motivo mais citado também tenha sido a necessidade de trabalhar (25,1%), outros fatores relacionados à dinâmica de gênero ganham destaque: gravidez foi mencionada por 23,4% das mulheres, e a realização de afazeres domésticos ou cuidados com outras pessoas, por 9,0%. Além disso, 22,5% das mulheres indicaram falta de interesse pelos estudos como justificativa para o afastamento escolar. Tais resultados evidenciam que, para além da condição econômica, as responsabilidades reprodutivas e domésticas ainda figuram entre os principais entraves à permanência das mulheres jovens na escola.

Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo, por motivo do abandono escolar ou de nunca ter frequentado escola (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2024.
Nota: Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Frequência à educação profissional

Na legislação brasileira, a educação profissional e tecnológica abrange cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Os três âmbitos de educação profissional são abrangidos na pesquisa.

Graduação tecnológica

A graduação tecnológica é a modalidade de educação profissional do ensino superior de graduação brasileiro. Possui os mesmos pré-requisitos de ingresso que os demais cursos do ensino superior (bacharelado e licenciatura), porém o enfoque é específico em uma área profissional, com duração menor (de 2 a 3 anos) e sua conclusão confere o diploma de tecnólogo.

Em 2024, dos 9,4 milhões de estudantes do ensino superior de graduação no Brasil, 1,4 milhão frequentavam cursos tecnológicos, o que corresponde a 15,0% do total de estudantes do ensino superior. A graduação tecnológica ainda é uma modalidade com pouca participação entre os cursos de graduação, entretanto tem aumentado sua participação desde 2016, quando esse percentual foi de 10,5%.

Dentre as pessoas autodeclaradas brancas que cursam o ensino superior, 15,1% escolhem a graduação tecnológica, enquanto o percentual entre pretos ou pardos foi de 14,6%. Essa similaridade percentual não ocorre entre homens (19,5%) e mulheres (11,6%) na escolha por cursos tecnológicas.

Curso técnico de nível médio

A educação profissional destinada aos estudantes de ensino médio ou às pessoas que já o concluíram se denomina curso técnico de nível médio. Essa modalidade possui legislação própria, assim como diretrizes curriculares específicas, e pode ser desenvolvida de duas formas: articulada com o ensino médio (integrada ao curso ou concomitante a este) ou subsequente à conclusão desse curso. No caso dos cursos articulados, o diploma de técnico em uma determinada área só é recebido quando a pessoa completa o ensino médio.

De 2019 a 2024, o número de pessoas residentes de 15 a 24 anos de idade reduziu em 7,4% (de 33 369 para 30 893 pessoas) e ao se observar os jovens de 15 a 17 anos, essa redução foi de 4,4% (de 9 411 para 9 001 pessoas). No entanto, a redução da frequência da população ao ensino médio (regular ou da educação de jovens e adultos - EJA) foi menor (2,2%) no mesmo período (de 9 232 para 9 025 pessoas).

Em 2024, no Brasil, dos 9,0 milhões de estudantes do ensino médio, 9,2% frequentavam curso técnico de nível médio ou curso normal (magistério) – para formação de professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental – contra os 7,0% verificado no ano de 2019. O número de pessoas que frequentavam o ensino médio técnico chegou a 832 mil pessoas, 28,8% a mais que em 2019, quando 646 mil pessoas frequentavam esse tipo de curso. Destacando-se, assim, o aumento da procura por curso técnico de nível médio ou curso normal (magistério) no País.

De 2019 para 2024, o aumento do percentual de pessoas que frequentavam curso técnico de nível médio ou curso normal (magistério) foi maior entre as mulheres, que cresceu 2,4 p.p., passando de 7,0% para 9,4% – em valores absolutos, crescimento de 31,9%. Para o sexo masculino, houve aumento de 25,6%, registrando 402 mil homens em 2024. Esse crescimento resultou em 2,0 p.p. na participação desse tipo de curso entre os homens, o que representa 9,0% em 2024.

Nesse mesmo intervalo temporal, também houve diferença na variação do contingente por cor ou raça. Dentre as pessoas brancas, no ano de 2024, 352 mil pessoas cursavam o ensino médio técnico ou normal (magistério), 30,4% a mais que em 2019 (270 mil), o que promoveu um aumento da participação de 2,6 p.p. desse curso entre as pessoas brancas, passando de 7,7%, em 2019, para 10,3%, em 2024. Entre as pessoas pretas ou pardas, o contingente passou de 369 mil para 470 mil estudantes de 2019 para 2024, um aumento de 27,7%, resultando em um acréscimo de 2,0 p.p. na participação do curso médio técnico ou normal (magistério), o que representou 8,5% do total de alunos do ensino médio em 2024.

Pessoas que frequentavam ou concluíram curso técnico de nível médio, segundo a condição de estudante (%)

		2019	2022	2023	2024
Estudantes do ensino médio	Fazia curso técnico ou curso normal (magistério)	7,0	8,3	9,1	9,2
Não estudante com ensino médio completo ou superior incompleto	Fazia curso técnico ou curso normal (magistério)	5,1	5,7	5,3	5,8
	Concluiu curso técnico ou curso normal (magistério)	12,4	10,7	10,2	10,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2024.

Em 2024, 56,8 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade tinham o ensino médio completo ou superior incompleto e não frequentavam escola, ou seja, possuíam o requisito mínimo para ingressar na educação profissional técnica de nível médio. Desse contingente, 5,8% frequentavam curso técnico de nível médio ou curso normal (magistério) e 10,1% dessas pessoas concluíram essa modalidade de curso.

O contingente de pessoas que concluíram um curso técnico de nível médio ou curso normal (magistério) foi de 5,7 milhões. O percentual de homens era de 49,1% (2,8 milhões) e de mulheres, 50,9% (2,9 milhões). A incidência de diploma dessa modalidade foi de 10,1% para os homens e de 10,0% para as mulheres. Entre as pessoas brancas o percentual foi de 10,8% e entre as pretas ou pardas de 9,6%, ou seja, uma diferença de 1,2 p.p. entre as duas categorias.

No entanto, foi possível identificar que 11,4 milhões de pessoas eram estudantes do ensino superior ou de pós-graduação e que 15,2% já haviam concluído um curso técnico de nível médio ou curso normal (magistério). O percentual de homens, nesse grupo de estudantes, com diploma de técnico (16,6%) foi maior do que entre as mulheres (14,2%), assim como o de pessoas pretas ou pardas que superou o de pessoas brancas, 16,5% e 14,0%, respectivamente.

Por outro lado, o grupo daqueles que não eram estudantes e possuíam o ensino superior completo era composto de 27,3 milhões de pessoas, e 16,8% já haviam concluído curso técnico de nível médio ou curso normal (magistério). No entanto, o percentual foi menor entre os homens (16,0%) em comparação às mulheres (17,3%), enquanto entre pessoas pretas ou pardas (17,8%) foi maior em comparação às brancas (16,3%).

Pessoas que frequentavam ou concluíram curso técnico de nível médio, por sexo e cor ou raça, segundo a condição de estudante (%)

		Total (1)	Homem	Mulher	Branca	Preta ou parda
Estudantes do ensino médio	Fazia curso técnico ou curso normal (magistério)	9,2	9,0	9,4	10,3	8,5
Não estudante com ensino médio completo ou superior incompleto	Fazia curso técnico ou curso normal (magistério)	5,8	5,4	6,2	6,2	5,5
	Concluiu curso técnico ou curso normal (magistério)	10,1	10,1	10,0	10,8	9,6
Estudante do ensino superior e de pós-graduação	Concluiu curso técnico ou curso normal (magistério)	15,2	16,6	14,2	14,0	16,5
Não estudantes com o ensino superior completo	Concluiu curso técnico ou curso normal (magistério)	16,8	16,0	17,3	16,3	17,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.
(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Qualificação profissional

A qualificação profissional, modalidade mais acessível da educação profissional, é composta por diversos cursos que visam qualificar o indivíduo para o trabalho em uma determinada ocupação sem, todavia, aumentar o seu nível de escolaridade. Esses cursos podem ser ministrados em escolas, empresas ou outras instituições, têm duração variável e conferem certificado de participação. Não há uma legislação específica que defina diretrizes e normas de tais cursos, no entanto, como parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, o Ministério da Educação organizou uma lista de cursos de formação inicial e continuada (FIC), estabelecendo a carga horária e a escolaridade mínima exigida, para direcionar a oferta dessa qualificação profissional na esfera pública e nas instituições dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, com financiamento do PRONATEC.

Apesar de tais iniciativas, existe uma dificuldade prática em coletar informações sobre essa modalidade de educação profissional devido à falta de uma definição legal para a qualificação profissional. Assim, utiliza-se um conceito amplo, que considera como qualificação os cursos de formação profissional para uma determinada ocupação, independentemente de serem cursos FIC.

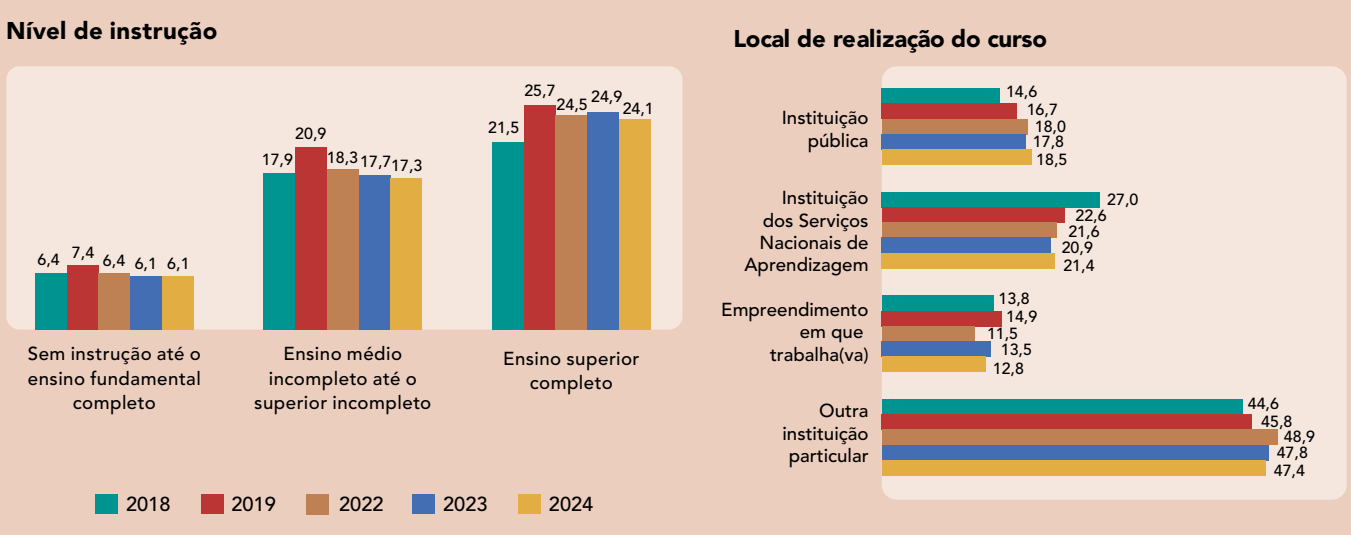
Em 2024, o número de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estudaram até o ensino fundamental (regular ou EJA) e aquelas que frequentaram no máximo o ensino médio ou curso equivalente sem o completar foi de 71,5 milhões, 2,3% a menos que em 2023 cujo contingente foi de 73,2 milhões. Não obstante essa redução no total de estudantes, o número daqueles que frequentavam um curso de qualificação profissional aumentou 8,8% de 2023 para 2024, registrando 569 mil alunos, o que representava 0,8% das pessoas que frequentaram no máximo o ensino médio ou curso equivalente sem o completar. Esse percentual foi o mesmo entre homens, mulheres, brancos e pretos ou pardos.

A população de 14 anos ou mais de idade, após crescimento de 0,8% de 2023 para 2024, foi de 176,1 milhões, sendo que 14,2% frequentaram algum curso de qualificação profissional. Quanto maior o nível de instrução, maior a incidência de frequência anterior a curso de qualificação profissional. Entre aqueles que eram sem instrução até o ensino fundamental completo, o percentual foi de 6,1%; os com ensino médio incompleto até o superior incompleto, 17,3%; e, por fim, 24,1% daqueles com ensino superior completo já haviam frequentado algum curso de qualificação profissional.

Em 2024, a categoria outra instituição particular que, historicamente, é o principal local da realização dos cursos de qualificação profissional, foi escolhido por 47,4% dos estudantes. Instituição dos Serviços Nacionais de Aprendizagem responderam por 21,4%, enquanto 18,5% dos alunos realizaram o curso em instituição pública, e 12,8%, no empreendimento em que trabalha(va). Em 2023, esses percentuais foram: 47,8% frequentaram cursos de qualificação profissional em outras instituições privadas; 20,9%, em instituição dos Serviços Nacionais de Aprendizagem; 17,8%, em instituições públicas; e 13,5%, no empreendimento em que trabalha(va).

Os homens (16,4%) e as pessoas brancas (13,8%) possuem maior incidência de treinamento no empreendimento em que trabalha(va) do que seus pares (mulheres com 9,0% e pessoas pretas ou pardas com 11,9%). Em contrapartida, o percentual de pessoas tendo realizado curso em instituição pública, homens (15,0%) e pessoas brancas (16,9%) apresentam menor incidência que mulheres (22,2%) e pessoas pretas ou pardas (19,8%). Instituição dos Serviços Nacionais de Aprendizagem atenderam a 22,3% das pessoas pretas ou pardas, 20,3% das brancas, 17,8% das mulheres e 24,7% dos homens.

Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentaram curso de educação profissional (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018/2024.

PNAD contínua

Pessoas de 15 a 29 anos de idade

Pessoas com no máximo o ensino superior incompleto que não frequentavam escola e cursos da educação profissional ou pré-vestibular

Em 2024, havia 24,2 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução até o superior incompleto que não frequentavam escola e cursos de educação profissional ou pré-vestibular. Desse contingente, 54,2% eram homens e 66,7% de cor preta ou parda. Entre as Grandes Regiões, a Sudeste concentrou o maior percentual de pessoas nessa situação, 38,3%, seguida da Nordeste com 29,7%. O menor percentual foi registrado na Região Centro-Oeste, com 8,1%.

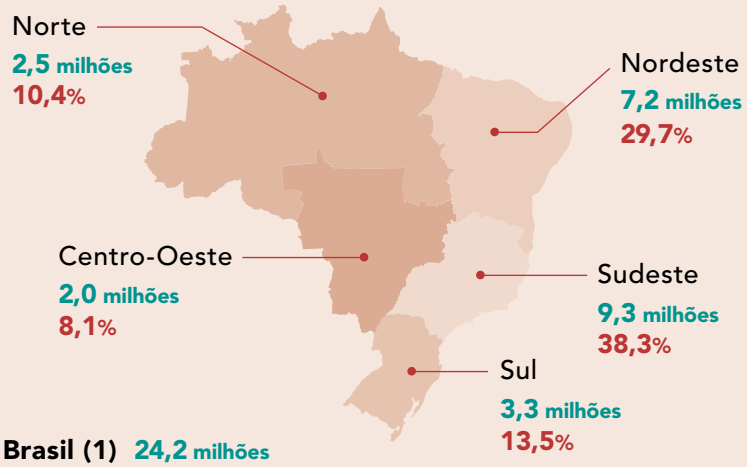
Pessoas com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional

Cada grupo de jovens de 15 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional declararam diferentes motivações para não seguir estudando ou ampliando a sua qualificação. Precisar trabalhar (47,8%) foi o principal empecilho para a população desse grupo etário. Entre os homens, esse percentual foi de 61,5%, enquanto para as mulheres foi de 27,8%. Em relação à cor ou raça, os percentuais foram parecidos, sendo 48,1% para brancos e 47,7% para pretos ou pardos.

Pessoas com o ensino médio completo ao superior incompleto e que não frequentavam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional

A necessidade de trabalhar (48,6%) foi o maior motivo apontado pelas pessoas de 15 a 29 anos de idade com o ensino médio completo ao superior incompleto e que não frequentavam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, fato que se repetiu entre homens (56,2%), mulheres (40,7%), pessoas brancas (49,2%) e pretas ou pardas (48,5%). Em 14,3% dos casos, as pessoas acreditavam já terem concluído o nível de estudo que desejavam, percentual que foi muito próximo em todos os subgrupos populacionais. No entanto, 12,1% alegaram não ter interesse em estudar mais, percentual inferior ao estimado para os homens (13,4%) e para as pessoas brancas (13,0%). Realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas foi impeditivo para 14,5% das mulheres, 0,2% dos homens, 6,4% das pessoas brancas e 7,8% das pretas ou pardas.

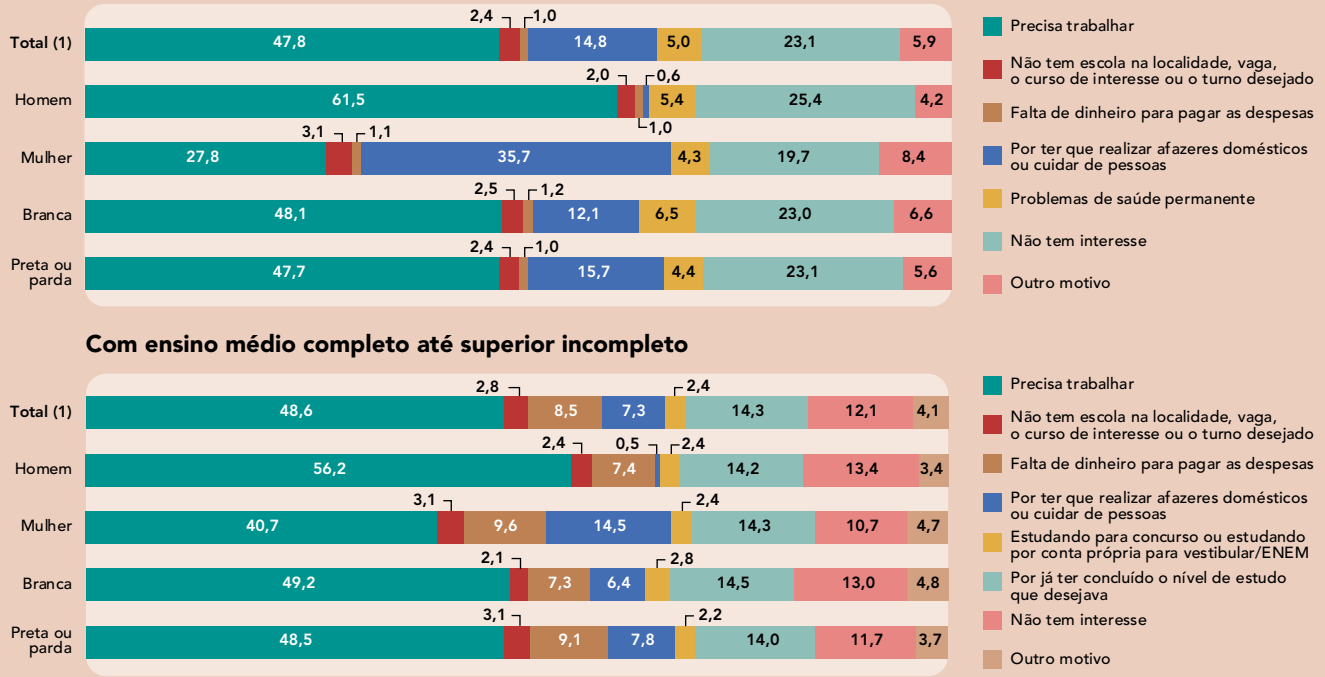
Pessoas de 15 a 29 anos de idade, com no máximo o ensino superior incompleto, que não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou de pré-vestibular, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões



		Absoluto (milhões)	Percentual (%)
Sexo	Homem	13,1	54,2
	Mulher	11,1	45,8
Cor ou raça	Branca	7,8	32,4
	Preta ou parda	16,2	66,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.
(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Pessoas de 15 a 29 anos de idade, com no máximo ensino superior incompleto, que não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou de pré-vestibular, por principal motivo para não estudar ou se qualificar (%)



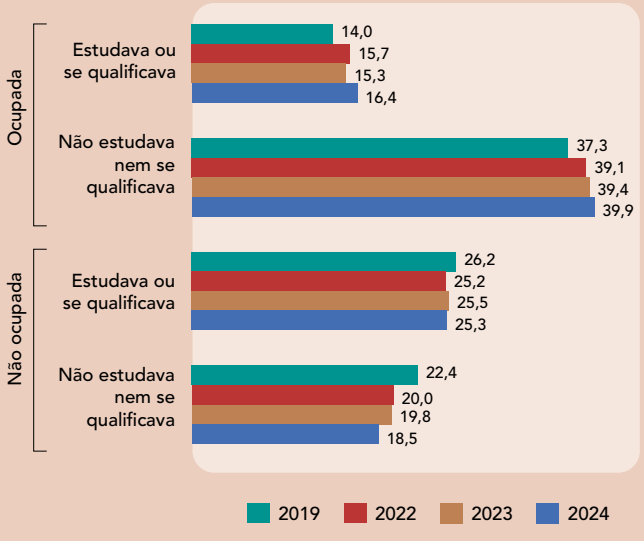
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.
(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Condição de estudo e a situação na ocupação

Após apresentar o panorama da frequência à educação básica, superior e profissional, além dos motivos de pessoas de 15 a 29 anos de idade não estarem estudando ou se qualificando, é importante analisar a distribuição da população dessa faixa etária segundo a condição de estudo (estudando ou não estudando) e a situação na ocupação (ocupada ou não ocupada). Para a condição de estudo, considera-se um conceito amplo que inclui desde a frequência à escola, assim como a cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional.

No Brasil, em 2024, havia 48,0 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade que, segundo a condição de estudo e a situação de ocupação, distribuíam-se percentualmente em: 16,4% como ocupada e estudava ou se qualificava; 18,5%, não ocupada e não estudava, nem se qualificava; 25,3%, não ocupada e estudava ou se qualificava; e 39,4%, ocupada e não estudava, nem se qualificava. Cabe ressaltar a redução, de 2019 para 2024, em 3,9 p.p. da participação de pessoas que não estavam ocupadas, não estudavam e, também, não se qualificavam. Também foi perceptível um aumento, no mesmo período, em 2,6 p.p. da participação na população daqueles que estavam ocupados e não estudavam e não se qualificavam.

Distribuição das pessoas de 15 a 29 anos de idade, segundo a condição de estudo e a situação na ocupação (%)



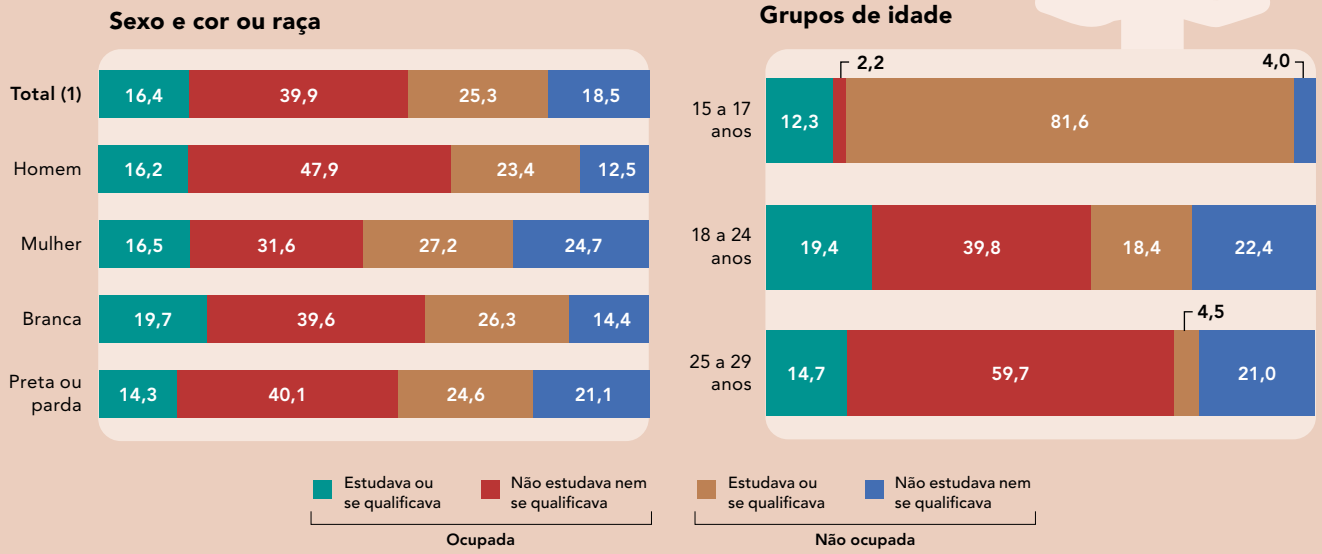
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2024.

Entre as mulheres, 24,7% não estavam ocupadas, nem estudando ou se qualificando e, entre os homens, esse percentual foi de 12,5%. Por outro lado, 31,6% das mulheres e 47,9% dos homens apenas trabalhavam, enquanto 27,2% das mulheres e 23,4% dos homens apenas estudavam ou se qualificavam. Com relação à cor ou raça, 19,3% das pessoas brancas trabalhavam e estudavam, percentual maior do que entre as pessoas de cor preta ou parda (14,3%). O percentual de pessoas brancas e pretas ou pardas que apenas trabalhavam foi parecido, 39,6% e 40,1%, respectivamente. A proporção de pessoas brancas que apenas estudavam (26,3%) foi superior ao de pessoas de cor preta ou parda (24,6%). Em contrapartida, o percentual de pessoas pretas ou pardas (21,1%) que não estudavam e não estavam ocupadas foi consideravelmente superior ao de pessoas brancas (14,4%).

Em 2024, das 48,0 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade, 18,7% tinham de 15 a 17 anos; 45,6%, de 18 a 24 anos; e 35,7%, de 25 a 29 anos. O grupo mais jovem, que ainda estava em idade escolar obrigatória, era composto de 81,6% de pessoas que se dedicavam exclusivamente ao estudo, percentual 3,1 p.p. maior que o registrado em 2019. Nesse grupo, foi identificado que 12,3% estudavam e trabalhavam. Ainda entre os mais jovens, a pesquisa aponta que 4,0% não estavam ocupados e não estudavam ou se qualificavam, valor 3,4 p.p. menor que o verificado em 2019.

No grupo das pessoas de 18 a 24 anos de idade, 39,8% apenas trabalhava e 22,4% não trabalhava, nem estudava ou se qualificava. Essa foi a faixa etária que apresentou o maior percentual de pessoas nessa categoria. Todavia, no grupo das pessoas de 25 a 29 anos de idade, há um aumento da relação com o mercado de trabalho, visto que 59,7% dessas pessoas estavam apenas ocupadas e 14,7% além de ocupadas, estavam estudando ou se qualificando. Por outro lado, 21,0% das pessoas desse grupo não estavam ocupadas, nem estudando ou se qualificando, percentual ainda elevado mesmo após a redução de 3,6 p.p. em comparação ao ano de 2019 cujo percentual foi de 24,6%. ■

Distribuição das pessoas de 15 a 29 anos de idade, por condição de estudo e situação na ocupação (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.
(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios

Normalização textual
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Sistematização de Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Pixabay

Impressão
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**, procure o **IBGE**.

/ibgeoficial /ibgeoficial /@ibgeoficial IBGE Oficial
/ibgeoficial /ibgecomunica /ibgeoficial.bsky.social

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

Saiba mais sobre a pesquisa.